

Afinal, o que são políticas de prevenção da violência?

Mariângela Ribeiro¹

Seguindo as diretrizes internacionais da ONU para prevenção da criminalidade (Resolução 1995/9 do Conselho Econômico e Social), o Projeto URBAL – Políticas Locais de Prevenção da Violência compreende as *Políticas de Prevenção da violência* como um conjunto de iniciativas integradas (mesmo que realizadas em diferentes políticas e programas) que torna o fenômeno da violência² menos provável na medida em que diminui os fatores de risco, isto é, as circunstâncias e condições que contribuem para futuras condutas violentas (criminalizadas ou não).

Esta noção reconhece as condições de vida (sanitária, educacional, saúde, cultural), o contexto familiar e mesmo o afetivo, como fatores que colaboram tanto na produção da violência ou delinquência, quanto na da vitimização e da sensação de (in) segurança. Uma melhor qualidade de vida – nos termos-chave da noção de Coesão Social, *inclusão, pertencimento, reconhecimento, igualdade, legitimidade* – contribui para a “tranquilidade pública” e fortalecimento dos laços de confiança entre indivíduos e instituições, entre outros elementos, que influenciam (mas não determinam por si mesmos) o fenômeno da violência.

Ao vincular direito à segurança e qualidade de vida, a idéia de prevenção da violência e do delito apoia-se nas capacidades das populações, grupos e pessoas para reagir e atuar no âmbito da segurança, reforçando a idéia de co-participação nesses assuntos. Isso é revelado na noção inglesa de *community safety* (segurança comunitária) que, nos termos do *National Community Safety Plan*, refere-se a

¹ Coordenadora do Projeto URBAL – Políticas Locais de Prevenção da Violência, possui mestrado em Sociologia pela Unicamp.

² Para conferir as definições sobre violência utilizadas pelo Projeto, conferir o texto “Breves considerações sobre o que é violência”.

“soluções locais para problemas locais que foram identificados pela população local”³. Neste sentido, o termo significa tanto a prevenção quanto a redução dos fatores sociais que negam o direito das pessoas de viverem sem medo do crime e longe da violência, ou seja, fatores que impactam na qualidade de vida das populações⁴.

Com tais princípios, as ações de prevenção vão encontro das recomendações da ONU. Grande parte dos projetos têm realizados diagnósticos locais participativos (com colaboração do setor público, privado, comunidades, universidades) para identificar os fenômenos delitivos e os diversos fatores que os influenciam. Partindo de tais estudos, os planos de segurança também têm sido elaborados coletivamente, com enfoque de ação integrada, prazos e metas claramente definidas e monitoradas.

O mapeamento realizado em 2010 pelo *Centro Internacional para la Prevención de la Criminalidad (CIPC)*⁵, demonstra que, em todas as regiões do mundo, algumas estratégias que vinculam a prevenção da violência às políticas de coesão social são comuns, a saber:

1. Produção de ferramentas (guias, manuais, kits, etc.) dirigidas executores de políticas de prevenção.
2. Utiliza-se o método 5 Is (Informação, Intervenção, Implantação, Participação e Impacto), criado por Paul Ekblom, diversificando e especializando a gestão e avaliação dos programas de prevenção;

³ Tradução livre do original: “Community Safety is about delivering local solutions to local problems that have been identified by local people”. In: <http://www.communitysafetyni.gov.uk/>

⁴ “Community safety means preventing, reducing or containing the social, environmental and intimidatory factors which affect people's right to live without fear of crime and which impact upon their quality of life. It includes preventative measures that contribute to crime reduction and tackle anti-social behaviour.” In: <http://www.communitysafetyni.gov.uk/>

⁵ CIPC. Informe Internacional Prevención de la Criminalidad y Seguridad Cotidiana: tendencias y perspectivas. pág. IX. Abril de 2010. Disponível em inglês, espanhol e francês no site <http://www.crime-prevention-intl.org/>

3. Acredita-se que o vínculo de confiança entre a população e a Polícia, a Justiça e a Educação contribua diretamente ao êxito de ações de prevenção e segurança. Muitas ações buscam estimular essas relações.
4. Aposta-se na implementação de ações de mediação de resolução de conflitos em espaços públicos, escolas e espaços de atendimento familiar.
5. Busca-se promover a participação ativa e compromisso da população das comunidades mais vulneráveis na execução das ações em seus territórios.

Este levantamento destaca ainda que as políticas públicas de prevenção se esforçam cada vez mais para responder às necessidades das populações e das comunidades, buscando se adequar tanto às necessidades quanto aos recursos de cada comunidade específica.

A depender dos territórios, as estratégias utilizadas são globais ou setoriais (relacionadas ao uso de drogas, a grupos específicos como jovens, mulheres, etc.). Porém, ainda segundo dados do CIPC, os enfoques dos países da América Latina e Caribe são similares, uma vez que compartilham a defesa de uma cultura de paz e de respeito aos direitos humanos, como já pontuados anteriormente, bem como a tentativa de restaurar a confiança entre os cidadãos e as instituições responsáveis pela Segurança.

O Projeto URBAL – Políticas Locais de Prevenção da Violência se insere nesse movimento que aposta na consolidação de políticas públicas de prevenção nos termos aqui apresentados.